

humanitas

Vol. XLI-XLII

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XLI-XLII



COIMBRA

MCMLXXXIX-MCMXC

A terminar a obra, uma última parte, «Notas Breves» que, apesar da humildade do título, integra estudos de grande profundidade de investigação e conhecimento, pelo que são, na sua maioria correcções e comentários a estudos alheios, ou considerações complementares aos próprios trabalhos, ou ainda notas culturais e literárias, cheias de finura e novidade. Por fim, um índice onomástico que facilita o manuseio e utilização de especialistas e leitores curiosos da nossa cultura.

Este livro do Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho, em edição bem cuidada, veio mostrar mais uma vez a importância e o interesse que tem esta época. Em suma, o muito saber, aliado à visão interpretativa e capacidade de avaliação do seu autor, que nunca deixam de ser extremamente sugestivas, tornam possível um melhor e mais rigoroso conhecimento da nossa literatura novilatina de Quinhentos e da história cultural, que nela se encerra.

NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES

JERRY H. BENTLEY, **Politics and culture in Renaissance Naples**, Princeton, U. Press, 1987, 327 pp.

O fenómeno cultural e político na Itália do Renascimento tem sido privilegiado com trabalhos de reputados autores italianos e estrangeiros como E. Garin, Felix Gilbert, P. O. Kisteller, H. Baron, P. Burke, Ch. Trinkaus, que se tornaram já clássicos e ponto de referência obrigatório.

Apesar disso, o património literário desta época, por ser inesgotável, incentiva novas reflexões, em trabalhos de âmbito geral ou monográfico, que se impõem pelo seu mérito. Está neste caso a obra de J. H. Bentley, que se ocupa do humanismo napolitano e tem por limites temporais o período que vai da conquista do reino por Afonso V de Aragão, ou Afonso I de Nápoles (1435-1442), à anexação da Espanha, com a imposição de um poder directo, através do governo dos vice-reis (1504).

Conhecida é a importância e o significado do movimento humanista italiano, nesta segunda metade do séc. xv, verdadeiro alvorecer dos novos ideais e valores, que irradiam o seu fulgor por toda a Europa, bem como a importância a nível cultural, social e político dos seus principais representantes.

Neste contexto, avulta a política cultural de Afonso de Nápoles, considerado como modelo de governante e de Mecenas por autores como Enea Silvio Piccolomini, o futuro Papa Pio II. Em carta dirigida a Segismundo da Áustria, duque de Tirol, Piccolomini, o primeiro educador humanista da Alemanha, propõe ao Duque como modelo a imitar, entre os diversos príncipes antigos e modernos, o rei Afonso de Nápoles, perito no exercício das armas e no conhecimento das *humanae litterae*, das *artes nobiliores*, de que se torna grande protector.

Pela corte aragonesa passaram ou nela permaneceram grandes figuras das letras europeias, que viveram à sua sombra no desempenho de cargos administrativos, ou como preceptores de príncipes e aristocratas; Diomedea Carafa, Francesco

Patrizi Senense, Antonio Beccadelli (Panormita), Lorenzo Valla, Bartolomeo Facio, Giovanni Pontano, entre outros.

Contrapartida de mérito para o enaltecimento do poder real em Nápoles foram as obras destes autores. Como tratadistas, avultam Patrizi, o primeiro humanista do Quattrocento a escrever um verdadeiro tratado político-pedagógico para a formação de um príncipe, *De regno et regis institutione*, que dedica a Afonso de Aragão, duque da Calábria. Famosos pelos seus tratados, neste domínio, são ainda Pontano e Majo, que afirmam, ao delinear o retrato ideal do príncipe, a importância das virtudes humanas, tais como a majestade real.

Na historiografia, destacam-se Panormita, Facio, ou mesmo Valla que, ao descreverem os feitos gloriosos dos seus senhores, reflectem nas suas obras o ideário humanista, ao mesmo tempo que impõem um verdadeiro conceito de história, *res et uerba*, apanágio dos novos tempos.

É através da análise da produção dos humanistas «napolitanos» e na definição das suas implicações com o pensamento político do Renascimento que J. H. Bentley se revela original.

Apesar de não constituir novidade o estabelecimento das relações entre humanismo e sociedade, desde os alvares do Renascimento, e serem conhecidas as diversas posições, assumidas por reputados autores como E. Garin e H. Baron, que se questionaram sobre os interesses essenciais e dominantes deste movimento, para lhe atribuírem um cariz eminentemente pedagógico, cívico ou político, a obra de J. H. Bentley afigura-se-nos modelar na complementaridade de tratamento de todos estes motivos.

No que diz respeito ao reino aragonês em Itália, humanistas houve que já lá nasceram e muitos outros que, por tanto aí se demorarem, se fizeram seus cidadãos. A adopção da cidadania napolitana de humanistas como Pontano levou já Mário Santoro — que acaba de publicar na nossa colecção de «Textos Humanísticos» um importante estudo sobre Amato Lusitano — a falar em «Napolitanização» do Humanismo. Os condicionalismos particulares deste reino, ligado à monarquia espanhola por laços de sangue, sem deixar de ter a sua identidade própria, até à altura da anexação — contestada de forma veemente por autores como Antonio de Ferraris, «Il Galateo» —, terá propiciado a natureza do discurso dos humanistas, que, mesmo que inconscientemente, servia de suporte ao poder real e enaltecia a paz e estabilidade governativas, numa península dilacerada de guerras.

É desta especificidade do humanismo aragonês que nos fala J. H. Bentley, através de uma análise profunda de textos, que torna esta obra um documento precioso para a história das ideias e das mentalidades, num período de três quartos de século.

A vasta informação do autor, transmitida de forma bem estruturada e atraente, a que não falta uma rica bibliografia e um índice onomástico-temático, a facilitar a leitura da obra, asseguram o valor e interesse desta publicação.